

# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | N.º. 3 | Ano 2024

## EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

### POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: contexto de influência na construção do IDEB

*Brazilian Educational Public Policies: Context of  
Influence in the Construction of IDEB*

**Ronilda Rodrigues da Silva  
Oliveira**

*Universidade do Estado da Bahia*  
ronildaoliveira@uneb.br

**Gabriela Sousa Rêgo  
Pimentel**

*Universidade do Estado da Bahia*  
meg.pimentel@uol.com.br

**Jamine Barros Oliveira  
Araújo**

*Universidade Estadual do Sudoeste  
da Bahia*  
jamediscipula@yahoo.com.br

**Resumo:** Neste artigo, procura-se situar o leitor, nas discussões que envolveram/envolvem a constituição das Políticas Públicas Educacionais e a construção do Ideb no Brasil, observando como o contexto de influência foi marcado por um momento de efervescência do capital estrangeiro que movimentou toda a engrenagem educacional, favorecendo os interesses das classes dominantes, financiadas pelo neoliberalismo. Para tanto, objetivou-se examinar quais influências o Ideb sofreu, ao longo de sua construção, além de autores que foram protagonistas na implementação de políticas públicas educacionais para este fim. A metodologia utilizada pautou-se na abordagem qualitativa, amparada na pesquisa bibliográfica de textos e documentos que constituíram a base para a construção da política. O texto revelou que a OCDE, o PISA e o Movimento Todos pela Educação, foram os principais influenciadores da política do Ideb, desde a instituição do Decreto nº 6.094/2007, quando da sua implementação.

**Palavras-chave:** políticas educacionais; ideb; contexto de influências.

**Abstract.** *In this article, we aim to situate the reader within the discussions that involved/involve the constitution of Educational Public Policies and the construction of IDEB in Brazil, observing how the context of influence was marked by a moment of effervescence of foreign capital that drives the entire educational machinery, favoring the interests of the dominant classes, financed by neoliberalism. To this end, the objective was to examine the influences that IDEB underwent during its construction, as well as the authors who were protagonists in the implementation of educational public policies for this purpose. The methodology used was based on a qualitative approach, supported by bibliographic research of texts and documents that formed the basis for policy construction. The text revealed that the OECD, PISA, and the Todos pela Educação Movement were the main influencers of IDEB policy since the institution of Decree No. 6,094/2007 at the time of its implementation.*

**Keywords:** *educational policies; ideb; context of influence.*

## 1. Introdução

Será possível pensar em Políticas Públicas Educacionais no Brasil no contexto da contemporaneidade, sobretudo nesses últimos anos, quando a educação vem sofrendo uma série de inconsistências que abalam sobremaneira suas estruturas? Quais desafios encontram-se para que essas políticas de fato sejam efetivadas, beneficiando os sujeitos que mais precisam delas?

Neste artigo, procura-se situar o leitor, nas discussões que envolveram/envolvem a constituição das Políticas Públicas Educacionais e a construção do Ideb no Brasil, observando como o contexto de influência foi marcado por um momento de efervescência do capital estrangeiro que movimentava toda a engrenagem educacional, favorecendo os interesses das classes dominantes, financiadas pelo neoliberalismo. Para Ball e Bowe (1992), as políticas são criadas dentro de um contexto que envolve aspectos mais abrangentes como a economia, a cultura, além de aspectos sociais que devem ser considerados ao analisar uma política.

Neste sentido, observa-se que o processo de construção da política do Ideb não foi uma disputa solitária, mas um movimento que reverberou por vários setores da educação e mobilizou a sociedade civil como todo, pois necessitava-se de um instrumento que sistematizasse os indicadores educacionais do país, para que estes atendessem às demandas latentes que permeavam/permeiam a educação, ou seja mensurar sua qualidade.

Contudo, faz-se necessário ficarmos atentos à forma de como se deu este processo de construção do Ideb, uma vez que essa implementação pode ter vindo carregada de influências, tanto na sua constituição, quanto na produção do texto. Esse momento, de acordo com Ball (1994), se configura como uma relação de poder entre os grupos encarregados pela discussão da proposta da política, mas inter cruzam com outro contexto, o da produção do texto, no qual é elaborada a regulamentação legal para esta política. Assim, com base nestes aspectos dessa política de avaliação externa, faz-se o seguinte questionamento: qual a influência dos agentes externos na construção do Ideb?

Dessa forma, o objetivo do artigo consiste em examinar quais influências o Ideb sofreu, ao longo de sua construção e autores que foram protagonistas na implementação de políticas públicas educacionais para este fim. Já a metodologia utilizada pautou-se na abordagem qualitativa, amparada na pesquisa bibliográfica de textos e documentos que constituíram a base para a construção da política.

## 2. Revisão de Literatura

Em 2006, fundou-se um movimento denominado Todos pela Educação, com o objetivo de desenvolver ações que viessem contribuir com a qualidade da educação básica de todo país, propondo ao Ministério da Educação (MEC) iniciativas para catalisar a

# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

educação de forma que todos os brasileiros, independentemente de sua classe social, cor da pele, crença, pudessem usufruir das benesses de seus efeitos.

Essa organização impulsionou diferentes frentes as quais monitoravam os dados dos indicadores educacionais brasileiros e encaminhavam questões para o MEC a fim de potencializar as estratégias em pautas e/ou sugerir outras tantas para a melhoria da qualidade da educação.

Ainda em 2006, no bojo de sua fundação, o movimento elaborou uma carta de Compromisso Todos Pela Educação, além de metas, as quais deveriam ser cumpridas até o ano de 2021, com resultado em 2022, fazendo referência aos 200 anos de Independência do Brasil. Importante destacar que este termo, 2007, foi a base para o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)/MEC que previa a implementação do Ideb, enquanto um instrumento de acompanhamento da qualidade da educação.

Dessa forma, a partir do decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, o Ideb passou a vigorar através do Plano de Metas e Compromissos Todos pela Educação, em colaboração com os municípios, Distrito Federal e estados, famílias e a comunidade, em prol da educação. O documento traz, no capítulo I uma série de artigos e incisos, nos quais é perceptível um esforço conjunto para uma possível equidade na educação (Brasil, 2007).

Essas ações devem partir de uma mobilização da sociedade com o apoio das secretarias de educação que precisam se organizar de forma intersetorial, no sentido de zelar para que essas questões ganhem visibilidade na escola e sejam efetivadas pelo poder público. Já no capítulo II, o decreto traz uma prerrogativa assegurando que:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos estudantes, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil) (Brasil, 2007).

A partir deste momento, o Ideb passou a ser um indicador objetivo para fazer cumprir as metas preconizadas no termo de adesão ao compromisso, pelos municípios Distrito Federal e estados e mais tarde a meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE). Como o termo foi divulgado em caráter voluntário, nem todos os entes federados assinaram em 2007. No entanto, com a prerrogativa de que os municípios que não tivessem condições técnicas para a realização da Prova Brasil (Saeb) fariam parte de um programa especial de estabelecimento e acompanhamento das metas, aos poucos foram aderindo ao termo. Este apoio técnico e financeiro aos entes federados que assinaram o termo, mas que não apresentavam condições de realização da prova, foi uma iniciativa da União para assegurar a participação de todos no sistema (Brasil, 2007, Art. 8º).

Importante destacar que, mais recentemente, foi incluído na Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020, apoio financeiro, como complemento da

# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

União para os entes federados, no percentual de 23% (vinte e três por cento) do total de recursos, distribuídos em diferentes frentes.

Naquela época, a contrapartida do MEC para os entes federados foi condicionada aos critérios de prioridade de atendimento da União, observando os aspectos: a) observação do Ideb; b) possibilidade de incremento do índice; e c) capacidade técnica e financeira, mas atuando também nos seguintes eixos de ação: gestão educacional; formação de todos os profissionais da escola; recursos pedagógicos; e infraestrutura física. Para esse fim foi criado o Plano de Ações Articuladas (PAR) que dá sustentação às ações desenvolvidas nos entes federados a fim de que todos façam parte da política de avaliação externa brasileira (Brasil, 2007, Art. 8º).

Por traz desse decreto de implementação, percebe-se que para além de atender às metas preconizadas no PNE/2014, elevando a qualidade da educação, o Brasil pretendia, fazer parte da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), como membro ativo e não mais como convidado. Para isso precisava então, melhorar seu índice equiparando-o aos dos países desenvolvidos, como por exemplo: EUA, França, Alemanha, Japão, Canadá e Reino Unido, consideradas as maiores potências econômicas do mundo.

Esse interesse do Brasil, escancara uma realidade já denunciada por Boneti (2011) a respeito do caráter mercantilista da educação brasileira, revelando um sério problema no contexto da influência e da produção do texto, uma vez que deixa questionamentos como: a quem interessa essa entrada do Brasil no grupo dos mais ricos? Como ficam os pobres que ficam cada vez mais pobres com essas decisões contraditórias? Fazer parte da OCDE terá reflexos positivos e visíveis na educação brasileira? As questões são inquietantes e precisam ser respondidas.

Percebe-se de longe que a política do Ideb é influenciada pela OCDE, posto que a ideia é que o indicador brasileiro tenha níveis de referências próximos do Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) (PISA), programa aplicado aos estudantes na faixa etária de 15 anos (quando estes devem concluir a educação básica), realizado a cada 3 (três) anos, a cargo da OCDE. No Brasil o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é o órgão responsável para gerir o programa, tal qual acontece com o Ideb. Dessa forma, pode-se inferir que as ações voltadas para o Ideb, sofrem influências das premissas do PISA, embora os testes apresentem algumas diferenças.

O Ideb é um indicador educacional utilizado para medir a qualidade da educação no país, através da prova Saeb aplicada bienalmente, nos anos que encerram cada etapa dos segmentos, quais sejam: final dos anos iniciais do ensino fundamental (5º ano), final dos anos finais do ensino fundamental (9º ano) e no final do ensino médio (3º ano). Para medir o Ideb combinam-se duas informações importantes, o resultado do fluxo escolar (aprovado, reprovado ou evadido) e o desempenho (proficiência) dos estudantes, em Português e Matemática, nos exames padronizados.

Embora o Brasil já contasse com um sistema de avaliação educacional desde 1995, observou-se que este não permitia a comparação da aprendizagem dos estudantes a longo prazo, o que impossibilitava o acompanhamento e monitoramento da evolução das disciplinas avaliadas. Por esse sistema apresentar limitações, o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, confiou a Reynaldo Fernandes, presidente do Inep na época a tarefa de criar um indicador sintético, que pudesse combinar a taxa de aprovação dos estudantes e os resultados em testes padronizados.

Conforme Fernandes (2007), precisa-se repensar os modos como se avalia no país, não reprovar sem motivos reais, fazendo com que os estudantes evadam da escola, tampouco aprovar os estudantes sem que eles adquiram os conhecimentos necessários para dar continuidade aos seus estudos. Para o referido autor, “um sistema ideal seria aquele no qual todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem os cursos precocemente e, ao final de tudo, aprendessem” (2007, p. 7). No entanto, percebe-se que os estudantes vêm se esquivando de ir à escola cada vez mais cedo, por diferentes fatores, quais sejam: sociais, econômicos, culturais e educacionais.

Pensando nestes jovens, os elaboradores das Políticas Educacionais devem somar esforços para que a desigualdade social no país seja minimizada, já que a esperança de um “tempo de convergência” para que o Ideb do ensino fundamental, por exemplo, chegue ao valor de 9,9 é em 2096, restando-se um tempo surreal de 75 anos. Destaca-se que a escala das notas do Ideb varia de 0 a 10 pontos, na qual 0 diz respeito ao sistema que não realizou a prova, por isso nota mais baixa e 10 a nota máxima que se pode adquirir.

Pode-se supor com essas projeções que a dificuldade da educação no Brasil ainda reside no fato de que as crianças têm acesso à escola, esse direito tem sido respeitado, porém a sua permanência e sucesso nos estudos nos anos que se seguem são postergados por diferentes fatores durante suas vidas, fazendo com que o fracasso vá aumentando à medida que vão ficando aptos ao trabalho.

Neste sentido, o Ideb, enquanto indutor de Políticas Públicas precisas, tem o papel crucial de contribuir para a redução das desigualdades educacionais e consequentemente as sociais no Brasil. Seu objetivo necessita ser melhor interpretado pelos operacionalizadores da política para que estes não coloquem em disputa os direitos já adquiridos das crianças, a fim de obterem lucros no agravamento da situação de precariedade da educação brasileira.

### 3. Resultados e discussões

Com o propósito de elaborar um instrumento que busque diminuir a desigualdade educacional neste cenário, a prova Saeb vem sofrendo modificações, principalmente quando passou a integrar o Ideb em sua plataforma. A ideia é construir um indicador educacional que trouxesse resultados mais palpáveis e que integrasse as mudanças advindas da BNCC e do Novo Ensino Médio. Portanto, para melhor compreensão do

# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

processo de construção da política do Ideb, bem como das mudanças ocorridas durante esse período apresenta-se uma linha do tempo, Figura 1, com os fatos mais marcantes.

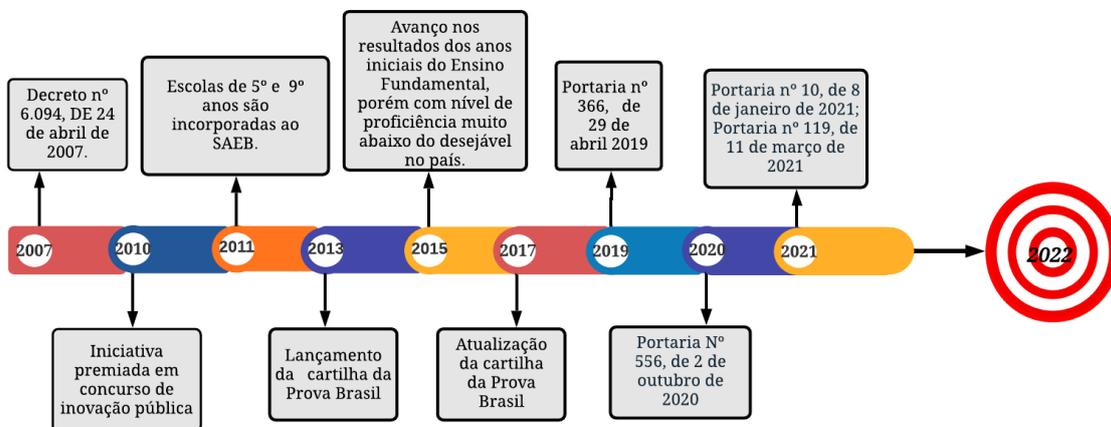


Figura 1 - Linha do tempo do processo de construção do Ideb – 2007 a 2021.

A política, antes de ser implementada, passa por um processo de discussão que demanda tempo e envolve tomadas de decisões, mas na Figura 1, optou-se por apresentar um percurso que se inicia com a data de implementação do Ideb a partir do Decreto nº 6.094/2007 destacando alguns fatores que foram incorporados durante os anos de desenvolvimento, mirando o alvo preconizado, no qual o Brasil deve atingir a meta 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental em 2022.

Em 2007 foram aplicados os primeiros testes padronizados, pós adesão dos entes federados e seguiu a mesma organização nos anos subsequentes, aplicação nos anos ímpares e resultados nos anos pares. Em 2020, em razão da pandemia da covid-19 cogitou-se a necessidade de suspender a aplicação da prova em 2021, no entanto, entende-se que para o MEC o importante era fechar o ciclo em 2022, desconsiderando o período em que as crianças ficaram fora das escolas, sem atendimento remoto.

Outro fator destacado na linha do tempo diz respeito ao ano de 2010, uma vez que na segunda edição do Ideb (2009), este ficou entre as 10 iniciativas premiadas pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), assumindo o primeiro lugar, como experiências bem-sucedidas, no 14º concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Essa premiação pode ter sido um impulso importante para que os elaboradores da política a consolidasse como um processo em constante desenvolvimento.

Em 2011, buscando atingir um público cada vez maior, a fim de universalizar o indicador educacional no Brasil, todas as escolas que têm estudantes do 5º e 9º anos, da rede federal, passam a participar da prova Saeb. Neste mesmo ano, percebe-se que o país avança nos anos iniciais, melhorando seu índice, mas em nove estados (Acre, Pará, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul) as notas

# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

do ensino médio diminuem em relação a 2009, escancarando um problema da defasagem idade/ano dos estudantes desta etapa da educação.

Em 2013, como pode-se notar na Figura 1, o INEP lança uma cartilha com orientações para aplicação da Prova Brasil, que em 2017 e 2019 recebe novas atualizações. Em 2019 a cartilha traz algumas novidades como: A participação de forma amostral nas turmas do 2º ano do ensino fundamental e aplicação de provas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza nas turmas de 9º ano do ensino fundamental. A cartilha previa também a aplicação de questionários eletrônicos para diretores, dirigentes estaduais e municipais de Educação (Brasil, 2019).

Durante o processo de implementação do Ideb é possível observar que o Brasil vem alcançando resultados profícuos nos anos iniciais do ensino fundamental. Em 2015 os números apontavam para um provável alcance da meta prevista para 2022, se continuasse aumentando o índice, porém o nível de proficiência em todo Brasil continua abaixo do desejável, o que acaba afetando os resultados dos outros segmentos.

O ano de 2019, pode ser entendido como o ano no qual se iniciam as mudanças no Saeb. À época, o presidente do INEP, Elmer Coelho Vicenz, institui a Portaria Nº 366, de 29 de abril de 2019, que estabelece as diretrizes de realização do novo Saeb, demarcando as novas configurações da prova, como as já apontadas anteriormente ao tratar da cartilha 2019. As mudanças continuam em 2020 com a criação do Grupo de Trabalho (GT), denominado “Novo Ideb”, instituído pela portaria Nº 556 de 2 de outubro de 2020. O GT foi constituído de 11 membros composto pelo presidente do INEP Alexandre Lopes, o diretor de Estatísticas Educacionais do INEP, Carlos Eduardo Moreno Sampaio, bem como de dirigentes municipais de educação (DMEs) e representantes da União dos Dirigentes Municipais (Undime).

Em 2021 duas portarias entram em vigor, a de Nº 10, de 8 de janeiro, que estabelece parâmetros e fixa diretrizes gerais para a implementação do Saeb, no âmbito da política nacional de avaliação da educação básica e a de Nº 119, de 11 de março que revoga a portaria Nº 556, de 02 de outubro de 2020, desmontando o GT “novo Ideb”, deixando a cargo da Secretaria Executiva do Ministério da Educação a responsabilidade de coordenar um estudo técnico para subsidiar a atualização do Ideb. Percebe-se que estas idas e vindas das decisões tomadas pelo MEC demonstram um momento de incerteza e insegurança no órgão máximo da educação do país, sobretudo na continuidade da política do Ideb que tinha metas estipuladas para 2022. Esses limites acabam deixando margem para diversas críticas ao Ideb.

Desde que a política do Ideb foi implementada, vem recebendo diferentes críticas de autores como Barbosa e Mello (2015), Araújo, Codes e Uderman (2019), Travitzki (2020) dentre outros, acerca da sua eficácia. No entanto, precisa-se destacar que o problema não está no indicador educacional, mas no uso que é feito dele a partir dos seus resultados. Dessa forma, reiteram-se as ideias destes autores pois, para além de outros questionamentos a respeito da avaliação, seja da aprendizagem institucional ou externa,

## VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

precisam ser levadas em consideração as diversidades de fatores sociais, culturais e emocionais dos sujeitos envolvidos.

Das críticas mais comuns associadas ao Ideb estão relacionadas: a) o caráter de *accountability*, ou seja, a responsabilização dos sujeitos. Responsabilizam-se todos: escolas, professores, estudantes, famílias, menos os que deveriam ser realmente responsabilizados, os fazedores das políticas que influenciados por atores e fatores externos descaracterizam os verdadeiros objetivos do Ideb; b) o estabelecimento do *ranking* (estados, municípios e escolas) dos melhores e piores resultados, cedendo espaços para a marginalização daqueles que não conseguem atingir bons resultados; c) O condicionamento do currículo da escola aos conteúdos da prova Saeb, dito em outras palavras, transformar os conteúdos dos testes padronizados em currículo oficial (Vidal, Vieira, 2011; Alves, Soares, 2013; Chirinéa, Brandão, 2015; Barbosa, Mello, 2015; Cerdeira, 2015; Pissaia 2016).

No entanto, entende-se que existe a necessidade de um instrumento que possa mensurar a qualidade da educação no Brasil, trazendo resultados proveitosos para a regulação dos processos de implementação das Políticas Públicas Educacionais tornando-o o mais transparente possível. Neste sentido, o Ideb precisa primar por uma metodologia mais assertiva, no que diz respeito à minimização das desigualdades educacionais e à permanência dos jovens nas escolas.

Nesta perspectiva, entende-se que o Ideb poderia ser uma ação estratégica capaz de induzir as Políticas Públicas Educacionais a partir dos resultados apresentados por cada ente federado, já que desde 2007, através do Saeb, ele foi instituído para que o Distrito Federal, estados e município pudessem repensar e organizar seus sistemas educacionais de acordo com aspectos mensuráveis.

Como afirmam os autores Alves e Soares (2013) e Araújo, Codes e Uderman (2019), o Ideb tem ganhado certa visibilidade devido ao fato de ter sido incorporado ao PNE (2014), especificamente em sua Meta 7, quando são preconizadas as médias nacionais para o ano de 2021. Porém, os desafios para manter essa política, com o objetivo de reduzir a desigualdade educacional são grandes, pois é possível observar que a proposta da política (nascidouro), e o texto da política, (implementação) sofrem influências diretas tanto da OCDE, quanto do próprio movimento Todos pela Educação.

A OCDE influenciou a política do Ideb condicionando-o à entrada do Brasil no grupo dos países mais ricos, impondo de certa forma, a participação no PISA, bem como utilizando da metodologia deste indicador em uma realidade que não condiz com a dos países que apresentam os melhores resultados. Como está previsto no site do INEP “a definição de um Ideb nacional igual a 6,0 teve como referência a qualidade dos sistemas em países da OCDE” (BRASIL, 2021). Contudo, para que o Brasil equipare seu indicador ao PISA será necessário um estudo minucioso dos entraves que dificultam a realização dos seus testes e o mau uso dos resultados destes.

No que diz respeito às influências internacionais, Libâneo (2016) afirma que a internalização dessas políticas está relacionada ao processo de globalização que, com um

viés estritamente financeiro, formulam políticas para serem implementadas em países emergentes ou em desenvolvimento, como o Brasil. Percebe-se que essas manobras envolvem também um regime de colaboração, que, na maioria das vezes favorece muito mais as instâncias neoliberais.

Observa-se que essas influências também são sentidas no âmbito nacional. Por esse motivo, quanto ao movimento Todos pela Educação, existe uma certa desconfiança por parte da pesquisadora, uma vez que, apesar de assumir uma postura de uma organização **“Sem fins lucrativos, não governamental e sem ligação com partidos políticos”**, deixa claro que “somos financiados por recursos privados, não recebendo nenhum tipo de verba pública” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, grifos da autora). Neste sentido, instiga-se quais as contrapartidas desses parceiros no tocante ao investimento.

É perceptível que as empresas de consultorias, bem como as editoras têm investido sobremaneira na educação pública buscando espaço para consolidar a venda de seus pacotes prontos (livro, formação, acompanhamento, assessorias). Para isso têm oferecido uma série de estratégias educacionais para que as prefeituras possam ter melhores resultados nos indicadores educacionais. Essas são estratégias que revelam o caráter mercantilista da educação, destacado anteriormente.

Para Boneti (2011), mesmo dentro dos movimentos sociais organizados é possível que se tenham manobras, nas quais os interesses individuais e meramente econômicos sobrepõem-se aos da coletividade. Dito com outras palavras, dentro dos movimentos que aparentemente lutam pela qualidade da educação, por exemplo, a partir da implementação de Políticas Públicas podem existir diferentes interesses ligados ao projeto do capitalismo global.

## 4. Conclusão

O contexto da influência é caracterizado pelo momento em que se iniciam as Políticas Públicas e são construídos os discursos a partir de disputas implícitas e/ou explícitas de diversos grupos de interesses. No caso do Ideb, esses grupos podem ser representados pelo MEC, apoiados pelos municípios, representados pelo poder executivo, legislativo, bem como organizações não governamentais, empresas e movimentos sociais de todo território nacional e internacional.

Neste interim, observou-se que a OCDE, o PISA e o Movimento Todos pela Educação, foram os principais influenciadores da política do Ideb, desde a instituição do Decreto nº 6.094/2007, quando da sua implementação. Na constituição do Ideb estão presentes aspectos que corroboram com a proposta desses entes e que vão na contramão da realidade brasileira. Esse fator enfraquece a política e a torna passível de críticas fazendo, muitas vezes, com que esta já nasça fadada ao fracasso.

Entende-se enquanto contexto da produção de texto o espaço em que os discursos são travados entrando em conflito os interesses do público com os interesses dos grupos

hegemônicos. Neste sentido, os textos também podem estar a serviço dos grupos hegemônicos, quando são tendenciosos e/ou contraditórios, causando uma má interpretação do público.

No caso do Ideb, cujo texto de sua instituição, foi elaborado em parceria com o movimento Todos pela Educação, através do Plano de Metas e Compromissos, pode-se ter uma ideia de como este órgão influenciou sua elaboração. Essa organização intencionava monitorar os dados dos indicadores educacionais brasileiros os encaminhando ao MEC afim de elaborar estratégias com objetivo da melhoria da qualidade da educação. No entanto, compreende-se que os interesses do movimento podem estar a serviço do público, mas controlado por um conjunto de forças que atende aos interesses da classe hegemônica.

## 5. Referências

ALVES, Maria Tereza Gonzaga; SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v.39, n.1, p.177-194, jan/mar.2013.

ARAÚJO, Herton Ellery; CODES, Ana; UDERMAN, Leonardo. **O Ideb como instrumento de gestão para uma educação de qualidade** – a educação brasileira vista pelas lentes do Ideb. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro; Ipea. 2019.

BALL, Stephen. **Education Reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BARBOSA, José Marcio Silva; MELLO, Rita Márcia Andrade Vaz de. O Ideb como instrumento de avaliação da aprendizagem escolar: uma visão crítica. **Rev. Eletrônica pesquiseduca, Santos**, v. 07, n.13, p.106-123, jan-jun.2015.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por dentro**. 3. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

BRASIL. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25

# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

abr. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)>. Acesso em: 3 mar 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional** Nº 108, de 26 de agosto de 2020c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc108.htm)>. Acesso em: 10 jun 2022.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Cartilha Saeb 2019. 2019. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_basica/cartilha\\_saeb\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/cartilha_saeb_2019.pdf)>. Acesso em: 04 abr 2021.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** – Inep. Consulta ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. 2021. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov 2022.

CERDEIRA, Diana Gomes da Silva. **Apropriações e Usos de Políticas de Avaliação e Responsabilização Educacional pela Gestão Escolar**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. 259 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2015.

CHIRINÉA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimidade da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: aval. Pol. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p.461-484, abr./jun. 2015.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas Educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Caderno de pesquisa**. V. 46, n. 159, p. 38-62. Jan/mar. 2016.

MARTINS, Paulo de Sena. O financiamento da educação básica como política pública. **RBPPE**. v.26, n.3, p.497-514, set./dez. 2010.

PISSAIA, Vitor Hugo. **Municípios de Pequeno Porte do Estado de São Paulo: relações entre indicadores de desempenho e material curricular**. Marília: Unesp, 2016. 199p. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual Paulista, 2016.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Nossa história**. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/#o-todos-pela-educacao>>. Acesso em: 20 abr 2021.

TRAVITZKI, Rodrigo. Qual é o grau de incerteza do Ideb e por que isso importa? **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.28, n.107, p. 500-520, abr./jun. 2020.

VIDAL, Eloisa Maia; VIEIRA, Sofia Lerche. Gestão educacional e resultados no Ideb: um estudo de caso em dez municípios cearenses. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 419-434, set./dez. 2011.